iniciativas locais: um reforço ao programa de alfabetização funcional

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Ernesto Geisel

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ney Braga

PRESIDENTE DO MOBRAL

Arlindo Lopes Corrêa

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MOBRAL

Sérgio Marinho Barbosa

SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO DO MOBRAL

Maurício Alves dos Santos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC
MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL

INICIATIVAS LOCAIS: UM REFORÇO AO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

Rio de Janeiro, 1977

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pela Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - CETEP/SEDOC.)

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização

F981 Iniciativas locais: um reforço ao programa de alfabetização funcional. Rio de Janeiro, 1977.

40 p. map. 27 cm.

1. Alfabetização funcional. I. Título.

77-86

cdd: 374.020

cdu: 371.214.11

APRESENTAÇÃO

Ao divulgar as experiências levadas a efeito por iniciativa de algumas Coordenações Estaduais do MOBRAL, cumpro o dever de louvar a sua criatividade e agradecer o empenho com que vêm se dedicando à execução dos programas desta Fundação.

Na verdade, depois de sete anos de árduo trabalho, depara-se o MOBRAL com dificuldades que só poderão ser vencidas através da compreensão de seus Coordenadores e dos inúmeros companheiros que fazem o MOBRAL, de que para cada desafio, sempre encontraremos uma solução - desde que empreguemos em nosso trabalho, dedicação, entusiasmo e fé, traços que construíram e mantêm a grandiosa imagem desta Fundação.

As experiências aqui relatadas poderão estimular outras Coordenações a nos enviarem notícias sobre novas estratégias que venham adotando para enfrentar problemas que eventualmente ocorram em seu Estado, e cujas soluções, adaptadas, poderão atender a outras Unidades da Federação.

Ao formular os parabéns às Coordenações do Rio Grande do Sul, Minas Gerais Sul e Minas Gerais Norte, reafirmo a confiança desta Presidência em todos aqueles que dirigem as Coordenações Estaduais e Territoriais do MOBRAL.

ARLINDO LOPES CORRÊA
Presidente do MOBRAL

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo na elaboração deste documento é divulgar as experiências que estão sendo realizadas pelas diversas Coordenações Estaduais ou Territoriais e que tenham como objetivo a revitalização do Programa de Alfabetização Funcional.

O primeiro passo para a elaboração deste documento foi a coleta de dados, ou seja, buscar conhecer tudo aquilo que estava sendo realizado em todo o Brasil. Agradecemos a todos que nos enviaram material e que relataram do melhor modo possível as experiências que estavam sendo executadas pela sua Coordenação.

A análise do material coletado levou-nos a optar por incluir nesta publicação as seguintes experiências:

1. Projeto de Alfabetização a Domicílio	COEST/RS
2. Plano Municipal de Alfabetização Funcional	COEST/MG-S
3. Projeto Jogos Pedagógicos	COEST/MG-N

Tivemos como base para a análise desses projetos a originalidade da ação por eles proposta e a disponibilidade de dados que possibilitassem a formação de uma idéia precisa de sua sistemática operacional. Consideramos também de grande importância os dados de campo sobre a implantação dos projetos e plano aqui relatados.

Como introdução ao relato de cada experiência, fazemos um pequeno resumo das características principais do estado onde a experiência foi realizada. Pois acreditamos que cada iniciativa aqui relatada nasceu em função dos problemas que estavam sendo enfrentados por cada coordenação, problemas esses que influíam e talvez ainda influam na produtividade do Programa de Alfabetização Funcional.

O conhecimento da realidade onde a ação é proposta é de grande importância para a eficiência desta ação.

Esta é apenas a primeira de uma série de publicações que nos propromos a fazer, relatando as experiências das coordenações. Esperamos poder continuar a contar com a colaboração das equipes de cada COEST/COTER no envio dos dados necessários ao relato das experiências.

RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul foi a última parte do Brasil a ser povoada. Até o começo do século XVIII, as terras gaúchas constituíam-se de extensa região onde vagavam manadas de gado, trazidos do Paraguai pelos jesuítas, e que rapidamente proliferaram nos campos gaúchos. Apenas uma pequena região do Noroeste do Estado era povoada: nessas terras os jesuítas haviam estabelecido suas missões.

Periodicamente, os paulistas realizavam incursões nesse território com o objetivo de aprisionar índios e prear o gado. Pouco a pouco, as primeiras estâncias foram aparecendo, com a finalidade de recolher o gado a ser enviado para São Paulo ou Minas Gerais.

Nessa época, a mineração do ouro estava em plena expansão; a alta rentabilidade dessa atividade fez com que a grande maioria da população residente na região das Minas Gerais não se interessasse em desenvolver atividades de subsistência. Essa região torna-se, assim, um importante mercado consumidor, em função do qual organiza-se a economia rio-grandense para a criação e venda de bovinos e também de muares que serviriam ao transporte intenso que se forma entre o Rio de Janeiro e a região da mineração.

Na segunda metade do século XVIII, o povoamento do Rio Grande do Sul começa a penetrar o interior e ao mesmo tempo povoam-se os campos dos planaltos, por onde passavam os caminhos em direção a São Paulo.

Até o começo do século XIX a atividade pastoril dominou inteiramente a economia rio-grandense, não só com a finalidade de exportar gado em pé para o centro do país; floresciam também as charqueadas, onde se preparava a carne salgada para a exportação, inclusive para mercados externos. Em conseqüência disso, povoavam-se apenas os campos. A zona das matas continuava inaproveitada e, portanto, deserta.

Logo após a proclamação da independência, essa região começou a ser povoada por colonos imigrantes da Alemanha e, mais tarde, da Itália. Nas terras de mata instalou-se a pequena propriedade agrícola, o que contrastava fortemente com as grandes estâncias pastoris da região dos campos.

Ao final do século XIX intensifica-se a colonização da região Norte e Nordeste do Estado; para isso muito contribuiu a construção, em 1895, da estrada de ferro que liga o território do Rio Grande do Sul aos estados vizinhos. Atualmente, já não existem mais terras gaúchas desocupadas: o povoamento que se estende para o Norte está extravasando os limites do Estado e penetrando terras de Santa Catarina e do Paraná.

Segundo dados do censo de 1970, cerca de 46% da população gaúcha reside na zona rural e 59% da população ativa está ocupada em atividades agropastoris. A economia do Rio Grande do Sul é, portanto, de base agrária.

A esse dado precisamos, no entanto, acrescentar que o Estado se encontra em processo de urbanização: o crescimento da população urbana nos últimos anos foi bastante mais acentuado do que o crescimento da população rural. Isso indica a existência de fluxos populacionais importantes no sentido do campo para a cidade, ligados certamente à industrialização crescente do estado.

Por outro lado, a população está desigualmente distribuída pelo território, o que significa contrastes regionais de densidade demográfica, muito acentuados. Esses contrastes podem muito facilmente ser explicados pelas diferenças na economia agropastoril que caracterizam duas zonas distintas: no sul predominam as extensas áreas cobertas de campo e voltadas para o pastoreio, atividade que necessita de pouca mão-de-obra. No norte, ao contrário, concentram-se as áreas de mata, onde se desenvolve preferencialmente a agricultura,

atividade que utiliza maior quantidade de trabalhadores.

Esse breve resumo de algumas características do estado do Rio Grande do Sul tem como objetivo dar uma idéia geral da realidade do estado. O "Projeto de Alfabetização a Domicílio" elaborado pela COEST/RS é uma estratégia de ação que visa resolver problemas colocados por essa mesma realidade e que dificultam um melhor rendimento do Programa de Alfabetização Funcional.

ALFABETIZAÇÃO A DOMICÍLIO: UMA ESTRATÉGIA DE ATENDIMENTO À ZONA RURAL

As características da zona rural, geralmente, dificultam a formação de classes. A alfabetização de adultos aí residentes enfrenta dificuldades diretamente ligadas a essas características, entre as quais podemos citar:

- baixa densidade populacional
- grande extensão territorial
- população não nucleada
- grandes distâncias entre as residências e destas às escolas
- topografia acidentada e estradas precárias, dificultando o acesso às escolas.

As dificuldades encontradas na formação de classes e a reflexão sobre a realidade da zona rural de seu estado levaram a Coordenação do Rio Grande do Sul a elaborar o projeto "Alfabetização a Domicílio" que consiste na montagem de uma estratégia específica de ação, com o objetivo de dar atendimento domiciliar, em cursos de Alfabetização Funcional, aos adultos residentes na zona rural.

A execução do Projeto está a cargo das Comissões Municipais do MOBRAL, professores de escolas rurais estaduais ou particulares e seus alunos ou elementos da comunidade capacitados para desenvolverem o processo de alfabetização.

É imprescindível, para o bom desenvolvimento deste Projeto, o envolvimento dos professores rurais que fomarão equipes de alfabetização domiciliar com seus alunos mais adiantados e elementos da comunidade (alfabetizadores auxiliares). A eficácia do Projeto está condicionada a uma preparação prévia do Magistério Rural, a quem cabe a responsabilidade da execução.

A clientela é constituída por familiares ou vizinhos dos alfabetizadores auxiliares, isto é, elementos da comunidade que constitui a área de atuação do professor (alfabetizador chefe).

O professor de classe é treinado na metodologia de alfabetização funcional, seleciona e treina seus alunos mais adiantados para alfabetizarem a domicílio, reúne de 15 em 15 dias os alfabetizandos para avaliar o trabalho de seus alunos que são alfabetizadores auxiliares. Avalia e retreina os seus alunos responsáveis pela alfabetização a domicílio. Aplica, nas reuniões quinzenais com os alfabetizandos, instrumentais de avaliação, de acordo com as informações que recebe dos alunos de sua classe. É o professor que registra, no Boletim de Freqüência, os alfabetizandos e por eles se responsabiliza, contando com a colaboração dos seus alunos para ensinar em casa.

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS ELEMENTOS ENVOLVIDOS

- do SA

. orientar na elaboração de instrumentais de acompanhamento;

. orientar e realimentar, em reuniões e encontros, a execução do Projeto;

. treinar os alfabetizadores chefes;

. informar, nos relatórios, sobre o andamento do Projeto.

- do ENSUG, ECULT, EPROF, EPEDE

. acompanhar e realimentar o desenvolvimento do Projeto;

. promover reuniões mensais para orientação e supervisão;

participar dos Encontros-aula;

. planejar com os alfabetizadores chefes as tarefas mensais a serem executadas;

. fornecer ao SA dados sobre a execução do Projeto;

. avaliar, por meio de instrumentais próprios, o andamento do Projeto.

- do alfabetizador chefe

. treinar os alfabetizadores auxiliares;

. visitar as famílias que constituem a comunidade de sua escola;

. recrutar analfabetos, acompanhado dos alfabetizadores auxiliares;

. promover Encontros-aula e Encontros-orientação;

. participar das reuniões com ENSUG e SA, ECULT, EPROF, EPEDE;

. sistematizar toda a documentação comprobatória do desenvolvimento do Projeto;

. visitar os domicílios de alfabetização;

. registrar a freqüência dos alunos no Boletim de Freqüência, responsabilizando-se pelos comprovantes apresentados pelos alfabetizadores auxiliares.

- do alfabetizador auxiliar

. estar treinado para a tarefa;

. acompanhar o alfabetizador chefe nas visitas de recrutamento;

. participar dos Encontros-orientação e dos Encontros-aula;

. elaborar um roteiro de atividades;

. preencher os instrumentais de freqüência;

. atender os alfabetizandos, no mínimo uma hora e trinta minutos por aula;

. cumprir, no mínimo, 8 horas semanais de alfabetização;

. desenvolver o processo de alfabetização durante o tempo necessário para que o aluno possa ser considerado alfabetizado (entre 3 e 5 meses).

A supervisão é direta e constante, com a finalidade de acompanhar, orientar e avaliar os trabalhos. Ela se processa por meio de reuniões, com características específicas:

- Reunião especial: - reuniões mensais do ENSUG e/ou com o alfabetizador chefe para estudar e avaliar o andamento dos trabalhos.

Pontos visto durante a reunião:

. Aspectos da metodologia

. Correção das distorções observadas

. Verificação dos boletins de freqüência

. Elaboração com o alfabetizador de exercícios e testes de acompanhamento a serem aplicados nos alunos etc.

- Encontro-Aula: nessa reunião, o alfabetizador chefe, juntamente com os alfabetizadores auxiliares e os alfabetizandos, verificará o progresso que está sendo obtido no curso de alfabetização. Durante o encontro-aula deve ser observado, principalmente, se a funcionalidade prevista pela metodologia está realmente ocorrendo (exploração do cartaz gerador e/ou palavra geradora, aproveitando as experiências dos alunos e outras atividades). Esses encontros ocorrem num intervalo médio de 30 dias.

- Encontro-Orientação: nesses encontros quinzenais reunem-se o alfabetizador chefe e os alfabetizadores auxi

liares para analisar as observações feitas durante o encontro-aula. O alfabetizador chefe realimenta conforme as necessidades sentidas e orienta quanto aos procedimentos pedagógicos que os alfabetizadores auxiliares devem desenvolver.

Convém lembrar que a supervisão deve ser constante e efetiva em todos os momentos e, conseqüentemente, mais trabalhosa: as responsabilidades e dificuldades da supervisão são bem maiores.

O professor-alfabetizador é quem recebe a gratificação pelo trabalho realizado; esse pagamento é feito de acordo com o número de alunos registrados no Boletim de Freqüência. Os alfabetizadores auxiliares recebem prêmios-estímulo, como diplomas de Honra ao Mérito do Município, ou são presenteados por instituições da comunidade .

Essa experiência está sendo realizada desde 1973 pela coordenação do Rio Grande do Sul e tem-se mostrado uma boa estratégia para o atendimento aos analfabetos residentes na zona rural, de população rarefeita.

MINAS GERAIS

No início da colonização do Brasil foram povoadas, principalmente, as regiões costeiras. Desde os primeiros tempos da colonização portuguesa, no entanto, correram lendas e boatos sobre riquíssimas minas de ouro, prata e pedras preciosas existentes nas terras centrais, dando início a expedições que partiam, geralmente, de São Paulo em busca dessas preciosidades.

Durante muito tempo, no entanto, os achados não foram muito positivos, a isto se acrescentando as dificuldades naturais, os acidentes do terreno e os problemas no trato com os índios, para contribuir no arrefecimento do entusiasmo.

Apenas no último decênio do século XVII o ouro de minas é encontrado. Houve, então, início a corrida para o centro. Ao contrário do que aconteceu com os outros estados brasileiros, a população de Minas Gerais não se formou pela entrada gradual de indivíduos, e sim pela penetração maciça de aventureiros provenientes da região costeira, do Norte e do Sul do Brasil e que espalharam em todas as direções em busca de ouro e de esmeraldas. Rapidamente povoa-se essa região, até então quase deserta.

O trabalho minerador impõe tarefas especializadas. O ouro atrai mercadorias de outras capitanias: é o primeiro momento de integração, na formação da nação brasileira, de diferentes unidades com o mercado interno.

A área onde se localizavam as minas nunca teve donatário, sendo sempre coisa pública. Em começos do século XVIII, a Metrópole sente necessidade de pôr ordem no território.

Comércio e presença do Estado explicam o surto urbano, desconhecido em outros pontos. A vida social é mais intensa e aberta: não há só senhores e escravos, mas um número alto

de homens livres que tentam a fortuna, uma vez que a empresa pode ser feita individualmente ou com ajuda de poucos escravos.

A mineração tem muito de aventura, com as fortunas ou empobrecimentos súbitos, daí a grande mobilidade social. Os numerosos membros dos grupos médios, aos quais se ligam os quadros administrativos, explicam a intensidade da vida social, as insurreições freqüentes, cujo exemplo mais conhecido é a Conjuração Mineira; eles são o público das festas religiosas, das associações de caráter assistencial ou profissional. É esse o primeiro público que se forma e é um dos motivos da criação de grupos literários e artísticos responsáveis por obras de poesia, artes plásticas e música.

O desenvolvimento da agricultura e da criação mineira começa em fins do século XVIII, quando as minas da região central entram em decadência. Verificou-se então, um movimento populacional da área central da mineracão, zona de povoamento antigo, para as áreas florestais da zona da Mata, sul de Minas e vale do Rio Doce, que viriam a constituir as principais regiões agropastoris de Minas Gerais. Com a expansão da cultura cafeeira, a partir do vale do Paraíba do Sul, no século XIX, essas áreas povoaram-se rapidamente e alcançaram o primeiro plano na vida econômica da província.

Atualmente o milho é uma das mais importantes culturas do estado. Associa-se freqüentemente à criação, de que constitui o principal alimento.

O sul de Minas, Triângulo Mineiro, zona da Mata e vale do Rio do Doce são as mais importantes áreas de criação do estado. Essa atividade vem-se expandindo à medida que o esgotamento dos solos os tornou imprestáveis para a agricultura e os liberou para a formação de pastagens. No sul de Minas e na zona da Mata a criação de bovinos volta-se principalmente,

para a produção de leites e derivados. Para isso muito contribuiu a existência, na região, de uma rede ferroviária relativamente densa, implantada desde o século XIX, para escoamento da produção de café.

O mapa de distribuição da população mineira segue de perto o mapa da vegetação. Como acontece em outras regiões do país, as áreas de cerrado e campo, voltadas para uma economia pastoril, são povoadas de forma rarefeita. Contrastam com essas regiões as áreas anteriormente cobertas por florestas; é aí que se desenvolvem as atividades agrícolas do estado que exigem maior número de trabalhadores.

Todas essas regiões, de baixa ou alta densidade populacional, apresentam um baixo índice de crescimento demográfico, pois vêm perdendo consideráveis contingentes populacionais em benefício de outros estado: Minas Gerais figura entre os estados de maior emigração do país.

Na zona central do estado, a industrialização e a expansão urbana, sobretudo em Belo Horizonte, atuam como elementos de atração para a população. Essa área apresenta, por isso, um aumento populacional mais rápido do que as outras áreas do estado.

Estes são alguns dados sobre o estado de Minas Gerais, importantes a nosso ver para melhor situar as experiências que estão sendo realizadas nesse estado, visando melhor produtividade do Programa de Alfabetização Funcional.

PLANO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL (PLAMAF - MG/S)

(Ação Conjunta MOBRAL - Prefeitura Municipal)

O trabalho proposto pela Coordenação Estadual de Minas Gerais/Sul visa à elaboração de planos municipais para a implantação do PAF. Esses planos fundamentam-se em um diagnóstico preciso, ou seja, na caracterização da população adulta analfabeta, implicando também o posicionamento geográfico desta população e o estudo da situação dos locais que compõem o município.

O diagnóstico constitui-se em pré-requisito para uma atuação diversificada em termos de programas e prioridades e permitirá uma previsão precisa da população a ser atendida, etapa por etapa, até a erradicação.

Os objetivos do PLAMAF são assim definidos pela COEST/MG-S:

- Diagnosticar a situação do analfabetismo no Município.
- Planejar o atendimento gradativo da população adulta analfabeta nas diversas localidades, até a erradicação.
- Viabilizar a implantação dos convênios de Alfabetização Funcional.
- Subsidiar a definição de prioridades e programas.
- Subsidiar a definição de alternativas dentro do próprio programa de Alfabetização Funcional.

O conhecimento do número exato de analfabetos existentes no município não é considerado um dado suficiente. Um perfil da população adulta analfabeta é elaborado, para cada município, tendo-se em vista três tipos de clientela, definidos a partir dos seguintes critérios:

1. População não alfabetizável (resíduo)

- maiores de 60 anos
- maiores de 50 anos com deficiência visual
- maiores de 40 anos que freqüentaram três ou mais programas
- pessoas de 30 a 40 anos que já freqüentaram quatro ou mais programas
- pessoas que já freqüentaram mais de cinco programas
- deficientes físicos: cegos, surdos-mudos, imobilizados
- deficientes mentais.

Embora não constituam clientela, para efeito de programação, esses adultos poderão freqüentar classes de Alfabetização Funcional, se assim o desejarem.

2. População não-alfabetizável temporariamente (clientela mediata)

- população alfabetizável localizada em zona rarefeita
- população alfabetizável localizada em zona sem recursos básicos
- população alfabetizável que não deseja estudar.

3. População alfabetizável de imediato (clientela imediata)

Essa população é levantada subtraindo-se da população adulta analfabeta os "não-alfabetizáveis" e os "não-alfabetizáveis temporariamente".

Conhecida e categorizada a população adulta analfabeta de cada município, sua distribuição geográfica, o grau de atendimento anterior das diversas localidades assim como as condições para funcionamento de classes, proceder-se-á à

planificação do número de programas de alfabetização funcional necessários à erradicação e do número de alunos previstos para atendimento em cada um deles, ou seja, será elaborado o cronograma de atendimento.

A prioridade de atendimento será dada à "população alfabetizável" e aos locais pouco ou nunca trabalhados.

O atendimento à "população não-alfabetizável temporariamente" deverá ser programado para uma fase posterior, considerando-se que os obstáculos à sua realização serão progressivamente superados, pela crescente descoberta de alternativas de ação que viabilizem esse atendimento.

Sendo o PLAMAF referenciado a médio prazo, faz-se necessária a correção das previsões de atendimento, no início de cada etapa do plano. Essa correção baseia-se na redistribuição da população que não conseguiu se alfabetizar no programa anterior e na correlação entre o atendimento previsto e o recrutamento de alunos efetivamente realizado.

Tais correções, aliadas à descoberta ou não de novas alternativas de ação, transformarão, gradativamente, a população "não-alfabetizável temporariamente" em "alfabetizável" ou "resíduo".

São as seguintes as etapas de operacionalização do PLAMAF:

1. Fase preliminar

- Análise pelo Prefeito/COMUN/Comunidade do plano de trabalho proposto.
- Mobilização dos recursos necessários para a elaboração do diagnóstico.

2. Diagnóstico

- Levantamento de dados

. setorização do campo de ação: levantamento de todos os locais que compõem o município, suas unidades menores e o agrupamento dessas unidades em zonas e setores;

. formação das equipes de pesquisadores, em função do atendimento gradativo dos setores e zonas;

. treinamento das equipes, implicando a qualificação adequada para um correto desenvolvimento do trabalho;

. levantamento propriamente dito: pesquisa intensiva da população adulta analfabeta;

. coordenação e controle sistemático no decorrer da pesquisa;

. supervisão geral, realizada pelo SA.

- Análise

De posse dos dados do levantamento, do estudo da situação, da caracterização da população adulta analfabeta, desenvolver-se-á a análise das condições concretas e necessidades de atendimento, concluindo-se assim o diagnóstico.

Com base no diagnóstico será elaborado o plano de atendimento de cada município. Os recursos para sua implantação devem ser dimensionados em função das potencialidades dos municípios.

RESULTADOS PRELIMINARES DO DIAGNÓSTICO

O dados relativos a 224 municípios - 59% do total de mu-

nicípios da COEST/MG-S - tabulados até o momento permitiram, a essa Coordenação, duas constatações básicas sobre o perfil da população adulta analfabeta de Minas-Sul:

1. Existe uma diferença sifnificativa entre os dados levantados pelo PLAMAF e aqueles estimados com base no censo de 1970: o PLAMAF encontrou 144.082 analfabetos nos municípios já pesquisados, enquanto as projeções com base nos dados do IBGE indicam para estes mesmos municípios um total de 216.329 analfabetos, ou seja, 50% a mais do que o total encontrado pelo PLAMAF.

   Embora a pesquisa feita pelo PLAMAF tenha sido extensiva e cuidadosa, ainda assim está sujeita a erros devido à grande descentralização de seus controle e à falta de recursos humanos e materiais adequados para a realização do levantamento. Por outro lado, os dados, baseados no censo de 1970, também estão sujeitos a erro, pois são projeções baseadas em comportamento anterior de variáveis que não são necessariamente constantes e não dimensionam adequadamente a magnitude da variável demográfica.

   A COEST/MG-S está reestruturando a situação dos municípios onde as diferenças PLAMAF/IBGE foram muito acentuadas.

2. Uma percentagem sifnificativa da população adulta analfabeta tem dificuldades relevantes para ser atendida: 28% dos analfabetos têm problemas físicos, mentais ou idade avançada. Entre aqueles que não apresentam tais dificuldades, 27% não têm interesse em estudar. Assim apenas 45% da população adulta analfabeta pesquisada pode e quer estudar.

JOGOS PEDAGÓGICOS: UM REFORÇO À APRENDIZAGEM - COEST/MG-N

A análise do desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional em Minas Gerais-Norte mostrou que esse Programa não estava obtendo um rendimento que pudesse ser considerado satisfatório.

A Agência Pedagógica indicou alguns aspectos do funcionamento das classes de alfabetização funcional que estariam influindo na produtividade do PAF, tais como:

- monotonia das aulas,
- desinteresse dos alunos,
- falta de criatividade do alfabetizador,
- ausência de trabalho de grupo,
- incapacidade do alfabetizador de colocar em prática formas livres de trabalho.

É importante que o processo de alfabetização desenvolva-se de tal forma que a dinâmica da aprendizagem sirva de reforço à motivação do aluno e, conseqüentemente, à sua própria aprendizagem. Para o adulto analfabeto é necessário sentir, o mais rápido possível, os resultados do seu estudo, os progressos reais que está obtendo e o que estes progressos significam em sua vida cotidiana.

O interesse primeiro do adulto que procura uma classe de alfabetização é dominar as técnicas de leitura e escrita; cada passo dado neste sentido servirá de reforço ao próximo, sustentando a motivação do aluno.

Tendo como base essa reflexão, a Agência Pedagógica resolveu incluir em suas orientações os jogos pedagógicos, pretendendo atingir os seguintes objetivos:

- melhorar a dinâmica da alfabetização

- combater a evasão
- despertar o interesse do aluno
- aumentar a produtividade do PAF
- propiciar trabalho em grupo
- conseguir grupos mais desinibidos.

As atividades com jogos são realizadas na sala de aula, como parte do processo de alfabetização, utilizando-se sílabas, palavras, frases, sistema de numeração.

O tipo de jogo orientado é a víspora, nas suas diversas modalidades. Apresentamos, em anexo, algumas sugestões de atividades para fixação de sílabas, nas classes de alfabetização elaboradas pela COEST/MG-N.

Acreditamos importante frisar que, enquanto a víspora não fizer parte integrante do processo de alfabetização em um número de classes que possa ser considerado satisfatório, não será introduzido outro tipo de jogos pedagógicos no estado, segundo determinação da COEST.

Durante os treinamentos básicos e realimentações periódicas, os alfabetizadores vivenciam os jogos para apreenderem sua dinâmica. As diversas atividades envolvendo jogos são criadas por eles mesmos, em grupo, com a participação e sugestões do treinador. Em cada reunião mensal para reciclagem, os alfabetizadores são submetidos a intensa avaliação sobre as atividades programadas e outro bloco ou reforço das atividades em pauta é objetivado.

Os jogos são usados enquanto há necessidade de trabalho com palavras geradoras, isto é, enquanto os alunos não entendem o processo de leitura. Quando eles o compreendem e começam a ler, o alfabetizador passa a trabalhar normalmente.

Quando o aluno verifica que é capaz de ler, uma transformação imediata ocorre nele: torna-se mais seguro, mais confiante em suas potencialidades, desejoso de saber, de conhecer mais. Nessa fase, mesmo que o alfabetizador não dedique a ele atenções especiais, ele continua interessado e ocupado, pois através da exploração e uso do material didático de que dispõe, ele encontra trabalho para fazer na classe.

Podemos distinguir duas fases no processo de alfabetização: a primeira, caracterizada pelo fato de que o aluno ainda não entende o processo de leitura e escrita; a segunda começa quando o aluno já entendeu como a leitura e escrita se processam, mas ainda necessita de reforço a essa aprendizagem. Vejamos como a coordenação de Minas Gerais-Norte explora esse fato, no desenvolvimento do trabalho nas classes de alfabetização.

1ª fase

O adulto que busca uma classe de alfabetização o faz porque deseja saber ler e escrever. Este seu desejo é diretamente motivado por necessidades da vida cotidiana; ele deseja alfabetizar-se para ler e escrever cartas, ler jornais, revistas etc..., para poder melhor desempenhar seu trabalho, lendo pequenas instruções, por exemplo.

Partindo dessa motivação dos alunos, o alfabetizador inicia o processo de aprendizagem da leitura, escrita e cálculo. Dá maior ênfase à mecânica do processo e às atividades realizadas na própria sala de aula .

O trabalho é desenvolvido segundo a metodologia de alfabetização funcional do MOBRAL; todas as etapas deste método são seguidas. Os jogos pedagógicos - víspora -, são introduzidos como forma de fixação das sílabas. Numa primeira

etapa os cartões contêm apenas as famílias silábicas da palavra geradora que está sendo estudada; numa outra etapa podem ser incluídas sílabas de outras palavras, para recapitulação. (Veja o anexo para maiores esclarecimentos)

Em resumo, nessa primeira fase do processo de alfabetização, a ênfase maior é dada às técnicas de leitura, escrita, e cálculo e às atividades intraclasse, como por exemplo:

- dramatizações sobre a palavra geradora
- jogos de sílabas, palavras etc...
- formação de versos e frases, oralmente.

- Atividades extraclasse simples podem, também, ser realizadas.

2ª. fase

Tem início, aproximadamente, a partir do terceiro mês do programa, quando o aluno já possui algum domínio das técnicas de ler, escrever e calcular.

O alfabetizador inicia o trabalho desta etapa, questionando e discutindo com o grupo, a respeito da seguinte proposição:

"Por que é importante ler, escrever e fazer cálculos?"

Surgirão respostas como estas:

- para votar
- para poder prestar serviço militar
- para ler receitas etc...

Partindo das colocações do grupo, o alfabetizador, além

de dar continuidade aos trabalhos da primeira etapa, abordará também assuntos gerais, ligados às demais necessidades do aluno, garantindo assim, a funcionalidade global do PAF.

Nessa fase, mais do que na primeira, é enfatizada a realização de atividades extraclasse.

A utilização de jogos pedagógicos, como reforço à aprendizagem nas classes de alfabetização em Minas Gerais-Norte, está apresentando ótimos resultados. Segundo depoimento dos Supervisores de Área, a remotivação de alunos e alfabetizadores é evidente.

A ênfase maior dada às técnicas de ler e escrever nos primeiros meses do Programa vai de encontro à necessidade básica do aluno de alfabetização funcional.

É importante dizer que, já no segundo mês de aula, muitos desses alunos conseguem ler, fato que não era muito comum. A remotivação que esses alunos sentem é evidente e estimula-os a dar continuidade à aprendizagem.

Ao mesmo tempo, o fato de ver colegas seus que já conseguem ler atua como estímulo para aqueles que ainda não entenderam o processo de leitura. Os trabalhos de classe sentem o reflexo disso e passam a obedecer a uma nova e mais rica dinâmica.

O alfabetizador, ao sentir o resultado de seu trabalho, é estimulado a desempenhá-lo ainda melhor.

CONCLUSÃO

De uma certa forma, podemos agrupar os projetos aqui relatados em dois grandes grupos. De um lado, o Projeto de Alfabetização a Domicílio e o PLAMAF; de outro lado, o Projeto Jogos Pedagógicos.

Os dois primeiros têm em comum o fato de buscarem novas formas de desenvolvimento para o PAF, tendo em vista as características de sua clientela. Note-se que o Projeto Jogos Pedagógicos propõe uma ação que interfere diretamente na dinâmica da aprendizagem, buscando intensificar o processo de alfabetização, principalmente durante os três primeiros meses do Programa.

As dificuldades crescentes que está enfrentando o Programa de Alfabetização Funcional tornam cada vez mais necessária uma ação diversificada que, levando em conta as características locais, possibilite um melhor rendimento desse Programa.

A reflexão sobre as experiências aqui relatadas, frutos de realidades específicas, certamente possibilitará a criação de novas estratégias de ação, como resposta à realidade de cada estado e superação dos problemas encontrados.

ANEXO

ATIVIDADES PARA FIXAÇÃO DE SÍLABAS, NAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

VÍSPORA

Material:

. Cartões com as sílabas da palavra apresentada

. Cartões contendo sílabas de 2 ou 3 palavras estudadas

. Cartões contendo palavras separadas em sílabas

. Sílabas cortadas, num saquinho

. Grãos de feijão, milho ou outro material para marcar as sílabas contadas

. Quadro de pregas e sílabas avulsas, recortadas

Suponhamos que a palavra sapato seja a estudada.
Cada aluno, ou dupla de alunos, terá um cartão assim:

sa	/////// /////// ///////	su	pa	po	tu	/////// /////// ///////
se	ta	/////// /////// ///////	si	/////// /////// ///////	pe	ti
/////// /////// ///////	pi	te	pu	so	/////// /////// ///////	to

Observe que o referido cartão contém somente as famílias silábicas da palavra sapato.

O alfabetizador "contará" as sílabas e o aluno a marcará com os grãos, no seu cartão.

Tal atividade deverá ser feita até que os alunos estejam bem firmes, identifiquem e reconheçam rapidamente as mesmas.

Aí, eles terão condições de formar palavras, pois já sabem realmente as sílabas.

OBSERVAÇÃO: Na 1ª etapa do treinamento de sílabas, os cartões conterão somente famílias silábicas da palavra em estudo.
Numa outra etapa, poderão ser incluídas sílabas de outras palavras, para recapitulação.

Exemplo: família e vacina

va	/////// /////// ///////	fo	vo	mi	sa	lo
la	fa	ca	/////// /////// ///////	le	a	li
co	/////// /////// ///////	fe	lu	cu	/////// /////// ///////	fi

Assim serão fixadas sílabas de várias palavras.

Atividades para formação de palavras novas.

Os cartões de víspora poderão ser aproveitados para formação de palavras novas.

Vejamos o cartão acima.

Poderemos agir assim:

a. Falar uma palavra de 2 sílabas: papo, por exemplo.
b. Pedir aos alunos que procurem as sílabas que a formam.
c. Verificar quem formou certo
d. Chamar um aluno para escrevê-la no quadro de giz ou formá-la no quadro de pregas, com as sílabas recortadas.

e. Apresentar a ficha de palavra, no quadro de descoberta, para fixação.

f. Pedir aos alunos que a copiem, após decodificá-la.

Ou assim:

Apresentar um cartão, já contendo palavras formadas, separadas em sílabas.

Veja abaixo, por exemplo, o cartão envolvendo palavras novas com as famílias silábicas de sapato.

sa	po	/////// /////// ///////	pa	po	/////// /////// ///////	/////// /////// ///////
/////// /////// ///////	ta	pe	te	/////// /////// ///////	ta	tu
se	te	/////// /////// ///////	to	pe	te	/////// /////// ///////

a. Cantar a palavra.

b. Pedir aos alunos que marquem as sílabas que a formaram.

c. Chamar 1 aluno para escrevê-la no quadro e decodificá-la,

d. Fazer a leitura com a classe

e. Formar sentenças com a mesma.

OBSERVAÇÃO: No início, a palavra formada será apenas com as famílias silábicas da palavra estudada.

Víspora para fixação de atividades de Matemática

Material

. Cartões contendo sílabas e numerais. Veja abaixo um modelo:

1 ma	2 te	3 la	4 to	5 fa	6 fi
7 pa	8 ca	9 me	10 lu	11 ci	12 fu
13 a	14 de	15 ve	16 da	17 po	18 ba

O alfabetizador poderá dizer ao aluno:

1. Procure o numeral 7 e 17.
2. Escreva-o na sua folha - 7 - 17.
3. Coloque, abaixo de cada numeral, as sílabas encontradas.
   Assim: 7 pa 17 po
4. Veja que operação precisa ser feita para formar uma palavra.
   Coloque o sinal necessário - Assim: 7 + 17 =
   pa + po =
5. Qual foi a palavra formada? Escreva-a.
6. Vamos juntar os numerais? Qual foi o resultado desta adição?
7. Vamos representá-la no Q.V.L. e escreva a operação no quadro.

O alfabetizador poderá dividir a sala em grupo para realizar atividades tais como:

- Cada grupo poderá fazer um problema, envolvendo palavras e numerais.

Exemplo: Neste quadro temos o nome de uma pessoa do sexo feminino. Vamos descobrir a palavra, procurar os numerais fazer a operação.
Faça agora um problema, com estes numerais.

Então	10	+	11	+	13	=	34
	lu		ci		a	=	Lúcia

- Ou fazer adivinhações: Exemplo
É um objeto que corta; (faca).

Que numerais formam esta palavra?
Qual o resultado da adição desses numerais?

- É um objeto usado à noite, para iluminar; (vela)
Vamos procurar os numerais que formam o nome deste objeto?

- Procurar sinônimos de palavras, nomes de animais etc.

AUTORIA

Gerência Pedagógica - GEPED
Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul - COEST/RS
Coordenação Estadual de Minas Gerais Sul - COEST/MG-S
Coordenação Estadual de Minas Gerais Norte - COEST/MG-N

ELABORAÇÃO

Ana Margarida de Mello Barreto Campello

COLABORAÇÃO

Sérgio Pinheiro Guerra
Luiz Tosta Paranhos

SUPERVISÃO

Adélia Maria Nehme Simão e Koff
Suzana Kaz
Neise Freitas da Silva

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Setor de Edição - GERAP

Ministério da Educação e Cultura
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL